



AS TIC NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E O CONTEXTO PANDEMICO BRASILEIRO

Pedro Amilton de Souza Torres (Acadêmico UFMT) – pedroamilton@gmail.com
Ana Lara Casagrande (PPGE/UFMT) – analaracg@gmail.com

Eixo 1: A EaD em Políticas Públicas: descontinuidades e sobressaltos Pós-pandemia

Resumo: Neste texto objetivamos refletir quanto ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no panorama educacional brasileiro, o que, apesar do avanço dos debates teóricos, parecia ficar mais circunscrito ao âmbito da EaD e elencar os desafios e as potencialidades para sua utilização em contexto nacional pós pandemia Covid-19. Metodologicamente, foi realizado levantamento bibliográfico, sendo consultados autores com estudos ligados à temática para fundamentação da discussão aqui empreendida. O resultado indica a importância de conceber as TIC como instrumento potencializador de práticas pedagógicas e estratégias de ensino-aprendizagem, na mesma proporção em que se requer dimensionar as dificuldades de acesso de parte dos estudantes, principalmente das diferentes etapas da educação básica, aqueles que ficaram à margem no período de recomendação de distanciamento social e realização das atividades remotamente, o que é um ponto de atenção fundamental no bojo da contemporaneidade, da cultura digital.

Palavras-chave: TIC. Práticas pedagógicas. Educação. Pandemia Covid-19.

1 Introdução

No presente texto refletiremos quanto ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no panorama educacional brasileiro, sobretudo pensando no período pós pandemia Covid-19, que assolou o mundo a partir dos primeiros casos notificados desde a cidade de Wuhan, na República Popular da China. O vírus causador dela foi identificado como coronavírus 2 da síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2). Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde determinou que o surto desse vírus caracterizava emergência de saúde pública de importância internacional.

O protocolo de enfrentamento ao vírus afetou a educação como um todo, inclusive na modalidade Educação a Distância (EaD), organizada com abertura e regime especiais, oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União (BRASIL, 1996, art. 80, § 1º), a qual também tem momentos presenciais previstos em sua organização, como o estágio supervisionado, espaço privilegiado de desenvolvimento de experiências formativas dos futuros docentes.

A vivência na cultura digital não foi suficiente para fazer com que passássemos pela experiência do ensino remoto emergencial de forma tranquila. Principalmente devido à exclusão de acesso às TIC e conectividade. O que faz retomarmos a argumentação de Holston (2013, p.61) quanto à materialização de diferentes modos de cidadania, “[...]”

como um desdobramento de processos, mecanismos, categorias e práticas”, que, inclusive, podem reproduzir cronicamente a desigualdade.

Práticas pedagógicas mediadas pelas TIC, então, foram uma realidade na educação brasileira. Isso posto, identificamos a necessidade de compreender a temática do uso de TIC na educação, principalmente considerando as escolas de educação básica, em suas diferentes etapas – da educação infantil ao ensino médio, especialmente, ao focar na incorporação das TIC nos sistemas de ensino de forma abrupta, em meio a superestimações do seu papel e resistência, com tímido ou explícito pragmatismo de possibilidade de efetivação exitosa das práticas pedagógicas por meio delas.

A falta de investimentos em estrutura não pode ser desconsiderada como uma barreira, somada à exclusão digital de boa parte dos estudantes no período da pandemia mencionada, carência que ocasiona a “divisão digital” (HUWS, 2009, p. 38 apud ZUIN, 2010, p.965). Se a cultura digital trazia a impressão de que o mundo dos algoritmos, da internet das coisas e de uma conectividade na palma da mão era uma realidade que alcançava a todos, ela foi definitivamente questionada.

Por outro lado, é fundamental pensar a realidade da educação brasileira, considerando seus fundamentos e objetivos, se o desejo for realmente de formar cidadãos que estejam aptos a pensarem e agirem criticamente na sociedade da qual participam, será imperioso discutir as questões relativas às TIC em sua formação, a partir da lente do fazer pedagógico aliado às tecnologias.

A partir desses endereçamentos, este texto está construído em três partes, sendo: esta introdução, as seções intituladas *TIC e práticas pedagógicas: concepção e interfaces*; *Novos cenários: TIC e educação brasileira*; e as considerações finais.

2 TIC e práticas pedagógicas: concepção e interfaces

As TIC, como conjunto de recursos tecnológicos, trazem múltiplas possibilidades de interação para os sujeitos da sociedade contemporânea. É verdade que há possibilidade de contato mesmo as pessoas não estando no mesmo espaço/tempo, por exemplo, como não foi possível sem as TIC, que inovam constantemente as maneiras de comunicação. Esse potencial não escapa às instituições educacionais, mas seus limites também foram evidenciados com uma internet não tão funcional, estável e acessível. Docentes se depararam com a necessidade de adaptação e reinvenção do fazer pedagógico no período da pandemia para prosseguir com o processo de ensino-aprendizagem e cumprir o

calendário escolar, ao mesmo tempo em que constataram, por exemplo, que ter um celular não significa conseguir assistir às aulas sincronamente.

A busca ativa escolar se tornou, então, parte do vocabulário de docentes da educação básica de vários estados brasileiros e de parte das estratégias políticas direcionadas à educação, definida como “[...] uma ação coletiva com o envolvimento de vários setores da sociedade, a exemplo das Secretarias de Saúde e Ação Social” (NOVAIS; MENDONÇA, 2021, p.192).

A respeito das políticas educacionais, vale recuperar o que Zuin (2010, p.963) indicou, afirmando que elas precisam enfrentar a contradição da mobilização das TIC, que “[...] pode enveredar tanto para o recrudescimento do poder e controle social, quanto para o reforço de práticas democráticas”. Entendemos que as TIC devem ser compreendidas dentro do contexto e das intencionalidades para as quais são mobilizadas.

Essas intenções são explicitadas nas práticas pedagógicas, que, na acepção de Franco (2012), consistem na organização intencional:

[...] para atender a determinadas expectativas educacionais solicitadas/requeridas por uma dada comunidade social. Nesse sentido, elas enfrentam, em sua construção, um dilema essencial: sua representatividade e seu valor advêm impactos sociais, de negociações e deliberações comuns coletivos. [...] Reitero o sentido de prática pedagógica como prática social, oferecendo uma direção de sentido as práticas que ocorrem na sociedade, reação do seu caráter eminentemente político. Ela impõe/ propõe/ indica uma direção de sentido (FRANCO, 2012, p.173).

Assim, as práticas pedagógicas englobam teorias e conceitos sobre o social, que obrigam a repensar a sociedade na qual o processo de ensino-aprendizagem se desenvolve.

No que tange à apropriação de novas tecnologias nos espaços educacionais, nota-se uma mudança na conjuntura. Compreendemos que o seu efeito reposiciona o papel docente, não cabendo mais aquele que é o detentor único das informações e que transmite aos estudantes. Há informação demais disponível, verdadeira e falsa, pois qualquer um é produtor de conteúdo. Em perspectiva crítica, trata-se da reconfiguração das práticas pedagógicas rumo a uma educação que problematiza a confiabilidade das fontes das informações, da percepção crítica sobre o que é disseminado nas plataformas virtuais e redes sociais, incitando, muitas vezes, à desinformação, em meio à preocupação excessiva com a imagem e aprovação em forma de curtidas.

Realização



Apoio



Dada essa realidade, entender o fazer das TICs no contexto educacional atual é fundamental para sensibilizar o olhar sobre novas didáticas que englobem as TIC, mas que também não as considere o fim do processo pedagógico. Se se utiliza TIC, então, há inovação e se garante um processo de ensino-aprendizado moderno e alinhado ao tempo presente. Isso não procede.

Há sim um potencial de integração das TIC como mediação no processo de ensino-aprendizagem, como mecanismo de ruptura com o tradicionalismo mecanicista que ainda está instaurado em certas instituições de ensino até os dias de hoje. Reconhecer tal potencial significa propiciar estratégias envolvendo momentos de troca, não pautando o estudante como receptáculo de informações e o professor com a função de transmissão ou as tecnologias digitais como fim. Elas podem ser entendidas como subsídio para a consecução dos objetivos traçados na ocasião do planejamento docente e que se realizam nas práticas pedagógicas em sala de aula. Como sustentam Moran, Massetto e Behrens (2013, p.13): “Muitos correm atrás de receitas milagrosas para mudar a educação. Se fossem simples, já as teríamos encontrado há muito tempo”. Tais receitas não existem e o processo de ensino-aprendizado deve sim ser reconhecido como complexo, do mesmo modo como é a conjuntura social na qual está inserido.

3 Novos cenários: TIC e educação brasileira

Houve a exclusão de muitos estudantes da escola no período da pandemia, conforme depreendemos do diálogo com docentes dos mais variados níveis de ensino, mas isso foi acentuado na educação básica. Os dados do Censo Escolar do período da pandemia são ansiados como forma de comprovação dos dados que já foram registrados em investigações científicas, como a de Marcon (2020). A autora firma que:

Na realidade da sociedade brasileira, observamos que as tecnologias estão sendo adotadas de forma acelerada na mediação dos processos educativos, com formação técnica e não pedagógica, excluindo uma parcela significativa de estudantes que não tem acesso. Neste contexto, parece ser urgente refletir sobre o conceito de inclusão digital na atualidade e sobre o que significa, de fato, ser um excluído digital em um contexto de isolamento social (MARCON, 2020, p.81).

Reconhecemos, então, que há problemas estruturais da educação que se somaram aos trazidos pela pandemia. Os dados apresentados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), em pesquisa conduzida pelo Centro Regional de Estudos para o

Realização



Apoio



Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) – realizada entre os meses de setembro de 2020 e junho de 2021, envolveu entrevistas telefônicas com 3.678 gestores de escolas públicas (municipais, estaduais e federais) e particulares. Foram entrevistadas 2.009 escolas localizadas em áreas urbanas e 1.669 escolas localizadas em áreas rurais – indicam um mapeamento das estratégias das escolas de educação básica durante o período da pandemia, de modo que 93% das instituições de ensino afirmaram implementar estratégias de agendamento para retirada de atividades e materiais pedagógicos impressos pelos pais e responsáveis; 91% disseram ter criado grupos em aplicativos ou redes sociais, como *WhatsApp* ou *Facebook*, para se comunicar com estudantes, seus pais e responsáveis; 62% das escolas estabeleceram parceria com líderes comunitários para comunicação com as famílias (CETIC.BR, 2021).

As escolas mesmas, muitas vezes, não dispõem de conectividade, a mesma pesquisa realizada entre os meses de setembro de 2020 e junho de 2021 indicou que 82% das escolas têm acesso à internet, sendo que esse índice é de 98% entre as escolas localizadas em áreas urbanas e de 52% entre as escolas localizadas em áreas rurais (CETIC.BR, 2021).

Apresentada a conjuntura desafiadora de incorporação das TIC no período da pandemia, apresentamos a visão de Moran, Massetto e Behrens (2013, p.31) sobre as possibilidades que indicam para as práticas pedagógicas desenvolvidas na educação hoje: “[...] a escola pode transformar-se em um conjunto de espaços ricos de aprendizagens significativas, presenciais e digitais, que motivem os alunos a aprender ativamente, a pesquisar o tempo todo, a serem proativos, a saber tomar iniciativas e interagir”.

A EaD própria evidencia esse potencial ao democratizar o acesso à educação superior por meio de um processo de ensino-aprendizagem que tem nas TIC um eixo importante. Não pretendemos homogeneizar a EaD, como se fosse tudo flores e retirar delas as barreiras ainda a serem transpostas, mas focando na questão das tecnologias, cabe a compreensão apresentada por Lima e Toschi (2013 apud LIMA, 2015, p.122):

Na EaD, o primeiro mediador entre professor e aluno são as tecnologias, sejam elas digitais ou não; por isso, para que possa ocorrer o processo de ensino e aprendizagem nessa modalidade, elas são a sua garantia inicial. Portanto, esse processo de mediação pedagógica permeado pelas tecnologias deve ser pensado dentro da sua totalidade, a partir da organização dos currículos, do planejamento das aulas e das maneiras como as mediações devem ocorrer para que atendam aos objetivos propostos, e essa aprendizagem venha a ser significativa (Lima & Toschi, 2013).

Realização



Apoio



Isso evidenciado, notamos que as TIC estarão mais presentes após as experiências vividas no período da pandemia. Novas práticas pedagógicas foram experimentadas, novos paradigmas ligados a experiências didáticas inéditas criados. Não romantizando o período pandêmico, há que se reconhecer um avanço nas discussões sobre práticas pedagógicas e multiplicidade de modos de mobilizá-la.

Logo, a temática da inserção das TIC é relevante e tem potencial de contribuição para o processo de ensino-aprendizagem, assim como fundamentam Anjos e Silva (2018) destacando que não é possível ignorar que as práticas sociais contam com as TICs. Portanto, elas influenciam na apropriação da cultura escrita que hoje não se resume a letras, fonemas, palavras e frases, mas assume um caráter multimodal ou multissemiótico numa linguagem multimídia.

4 Considerações finais

Entendemos que as TIC são uma porta para a problematização e compreensão do panorama atual da comunicação na sociedade contemporânea. Ao pensar em sua presença na educação não é possível manter uma visão ingênua, razão pela qual expusemos algumas das dificuldades da inserção das TIC, ao mesmo passo que reconhecemos suas potencialidades.

Dessa forma, trazemos alguns pontos das reflexões que não encerram a problemática, mas permitem que sintetizemos alguns aspectos a ela relacionados: Pensar investimento na educação para suporte ao uso de TIC; alinhamento da formação docente acerca do uso de TIC na prática pedagógica não como fim; Investir no acesso digital com navegabilidade de excelência; Promover encontros dialogados contínuais para mapeamento de possibilidades de acordo com a realidade escolar; Promover escuta com os estudantes no contexto pós-pandemia, captando o seu olhar sobre as experiências vividas.

A EaD deve ser compreendida como campo de estudo das TIC na educação, de maneira que se capte a essência da construção de saberes por meio das trocas que se dão em momentos síncronos e assíncronos em espaços físicos diferentes, mas sintetizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem, articulados a experiências face a face, como no caso dos estágios.

Realização



Apoio



Por fim, entendemos que o uso das TIC é potencializador de práticas pedagógicas interessantes, desde que assentadas em uma concepção de educação emancipatória, que se articule à formação institucional compromissada e transformadora, direcionada a ressignificações dos rumos da sociedade mesma, da conjuntura de desigualdade e exclusão, que (quase) se tem naturalizado.

Referências

ANJOS, Alexandre Martins dos; Silva, Danilo Garcia da. **Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) na Educação**. Ministério da Educação. Universidade Aberta do Brasil, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº 9.394/1996. Brasília: Senado Federal, 1996.

CETIC.BR. **TIC Educação 2020**. 2021. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/educacao/analises/>. Acesso em: 17 mar. 2022.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Práticas pedagógicas nas múltiplas redes educativas. In: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Org.). **Temas da Pedagogia**: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012. p. 169-188.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MARCON, Karina. Inclusão e exclusão digital em contextos de pandemia: que educação estamos praticando e para quem? **Criar Educação**, Criciúma, v. 9, n.2, Edição Especial 2020.

MORAN, José Manuel; MASSETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediações pedagógicas**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

NOVAIS, Edcleide da Silva Pereira; MENDONÇA, Daécio Ferreira Campos. Fora da escola não pode! busca ativa escolar na pandemia. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, v. 02, n.10, 2021.

ZUIN, Antonio A. S. O Plano Nacional de Educação e as Tecnologias da Informação e Comunicação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 961-980, jul.-set. 2010.

Realização



Apoio

